

crises do século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 10 • 2010

uma espécie de arqueologia das ideias, faz recorrência à matéria histórica enquanto suplemento factual para resgatar perspectivas que não tinham sido consideradas no interior do debate historiográfico, imprimindo-lhes outros olhares à escala da problemática da fronteira. A segunda, complementar da primeira, inscreve-se na modalidade argumentativa posta em destaque ao longo da discussão. Não se trata exclusivamente da forma como a moldura argumentativa do título em discussão valida os pontos de vista realçados. Trata-se também da forma como o objecto em análise suscita a construção da teoria e esta, por sua vez, convida à própria leitura.

Victor Barros
Bolseiro de Doutoramento da
Fundação Calouste Gulbenkian/CEIS20

ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009. 614 p. ISBN 978-972-8955-98-4

Em Junho de 2009 foi publicado, pelas Edições Tinta da China, o livro coordenado por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*. Trata-se de uma obra com a colaboração de especialistas das mais diversas áreas da investigação histórica, que colige, em seiscentas e catorze páginas, contributos para um conhecimento mais aprofundado da Primeira República Portuguesa.

O lançamento desta obra antecedeu em cerca de seis meses o ano em que se

assinala o centenário da Primeira República Portuguesa, que propiciará, por certo, a multiplicação dos espaços de debate e de reflexão em torno desta temática. Esta obra pretende ser «mais uma acha para a fogueira» (p. 12).

A 5 de Outubro de 2010 comemora-se o primeiro centenário da Implantação da República. Trata-se de uma data muito relevante da História de Portugal – e extremamente inovadora na Europa – porque a República Portuguesa foi a terceira República Europeia, depois da Francesa e da Suíça.

No início do século XX a regra eram os impérios e as monarquias, com a excepção das Américas, nomeadamente a do Norte, que foi a República que serviu de exemplo a todas as outras ibero-americanas. A Primeira República Portuguesa constituiu uma das primeiras tentativas persistentes de estabelecer e manter uma democracia parlamentar.

Não obstante, apesar das intenções e dos ideais generosos e do entusiasmo inicial, os republicanos foram incapazes de criar um sistema estável e plenamente progressista. A República foi prejudicada pela frequente violência pública, pela instabilidade política, pela falta de continuidade administrativa e pela impotência governamental. Com um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes em quinze anos e oito meses, a República Portuguesa foi o regime parlamentar mais instável da Europa Ocidental.

Na «arena da República», as paixões pessoais e ideológicas entrecrocaram-se, tendo desencadeado forças que prepararam o terreno para a intervenção dos militares na política e para a instauração da ditadura. A esta República atribulada seguiu-se a ditadura militar, prólogo do «Estado Novo» que, no momento do seu

colapso em 1974, representava o regime autoritário de mais longa persistência na Europa Ocidental.

No volume dado à estampa, os coordenadores anunciam ser, exactamente, sua intenção propor vários entendimentos para «essa curta mas rica e complexa República de dezasseis anos que (...) acabou por se transformar na conturbada crise terminal do liberalismo português a que sucederia o longo ciclo do autoritarismo» (p. 11). Assim, esta obra procura não só explicar a vitória da República em 1910, as contradições e dificuldades com que se defrontou e que conseguiu ou não resolver até à participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, os projectos que delineou, as soluções que pretendeu encontrar nos vários campos em que tentou apostar, mas também como renasceu do período do pós-guerra, como enfrentou a grande batalha social e política que anunciou na Europa a época dos fascismos, como morreu e o que ficou dela como património da memória e da reflexão para a democracia de hoje.

Para consecução dos seus propósitos, este livro encontra-se dividido em cinco partes que seguem, quanto ao essencial, uma ordem cronológica: a queda da Monarquia; a revolução republicana e a primeira fase da República (1910-1918); a Grande Guerra e os seus impactos; a Nova República (1919-1926); e o fim da República.

No primeiro capítulo da primeira parte, Fernando Rosas procede à análise da crise do liberalismo oligárquico em Portugal, observando não só a contestação a partir «de baixo», do mundo do trabalho industrial e proto-industrial, das pequenas burguesias e das suas elites intelectuais e das profissões liberais, mas também as pressões vindas «de cima», das elites políticas e doutrinárias ligadas aos meios conservadores e aos grupos possidentes.

Para concluir o seu estudo com a observação do longo período de agonia final do regime monárquico português, agravado pelos efeitos da crise política provocada pelo *Ultimatum* inglês.

No segundo capítulo da primeira parte, «Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema», Maria Fernanda Rollo analisa a crise económica e a derrocada financeira, que, a par da crise política e do generalizado mal-estar social, compuseram o cenário de catástrofe que os escritores finisseculares então presentiram e denunciaram impiedosamente.

A finalizar a primeira parte, João B. Serra em «O assalto ao poder» observa as origens do republicanismo em Portugal, os acontecimentos que popularizaram a causa republicana (Tricentenário de Camões, Ultimato Inglês, 31 de Janeiro de 1891, «caso Calmon», ditadura de João Franco), os principais vultos, mas também a acção fundamental da Carbonária ou da «Floresta», como se auto-designava, em momentos fundamentais, como a conspiração de Janeiro de 1908 e o Regicídio.

Na segunda parte da obra, procura-se passar em revista o movimento revolucionário de 5 de Outubro de 1910 (João B. Serra), o ideário republicano («O republicanismo» de Maria Alice Samara), a evolução política (João B. Serra), as questões social e religiosa («A sociedade» de David Pereira; «A questão social: à espera da «Nova Aurora»» de Maria Alice Samara; e «A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa» de Vítor Neto) e as políticas sectoriais mais relevantes: a educação (Maria Cândida Proença), a política financeira (Maria Eugénia Mata), a questão colonial (Maria Cândida Proença) e o fomento económico e industrial («Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progressos» de Maria Cândida Proença).

Na terceira parte propõe-se a reflexão acerca da Grande Guerra e dos seus impactos. Desta forma, Fernando Rosas debruça-se sobre a República e a Primeira Guerra Mundial e sobre a magna questão, em torno da qual girou toda a vida da Primeira República, de saber se Portugal deveria ou não participar militarmente no teatro europeu do conflito.

Ana Paula Pires, em «Um conflito global nas fronteiras de um mundo a preto-e-branco», analisa a preparação e o desenrolar do primeiro conflito à escala mundial enquanto Filipe Ribeiro de Meneses, em «Intervencionistas e anti-intervencionistas», observa um dos períodos mais agitados na vida da República: o do debate entre os que entendiam a participação na guerra como uma necessidade nacional e os que eram hostis à entrada de Portugal no conflito. O mesmo autor analisa também o período da União Sagrada, que acabou por ficar a grande distância da experiência francesa que a inspirou.

Aniceto Afonso, em «Portugal e a guerra nas colónias», estuda a guerra em Angola e Moçambique, concluindo que os contingentes militares portugueses que combateram nos teatros de operações da Primeira Guerra Mundial, tanto na Europa como em África, não estavam convenientemente preparados para participar na contenda.

Isabel Pestana Marques, em «Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França (1917-1919)», analisa a partida dos soldados portugueses para a Flandres, bem como o progressivo desgaste físico e psicológico sentido nas trincheiras lusas com o desenrolar da campanha militar.

Ana Paula Pires debruça-se sobre a grave situação económica do país durante a Grande Guerra em «A economia de guerra: a frente interna». Por seu turno, Sílvia Correia, em «A memória da guerra», observa o reduzido impacto que este

acontecimento teve na memória colectiva nacional e quão raros foram os esforços portugueses em comemorar a guerra, quando comparados com os efectuados pelo Reino Unido, pela França, pela Alemanha ou pela Itália.

Maria Alice Samara, em «Sidonismo e Restauração da República. Uma “encruzilhada de paixões contraditórias”», aborda a República Nova de Sidónio Pais, concluindo que esta foi uma experiência que proporcionou uma importante base de reflexão para as direitas, o sintoma de uma crise mais lata de contestação ao sistema liberal, a manifestação de descontentamentos políticos e até culturais.

Filipe Ribeiro de Meneses finaliza esta terceira parte da obra, analisando a paz imposta pelos vencedores aos vencidos, por intermédio daquele que foi o mais importante dos vários acordos assinados em 1918, o Tratado de Versalhes.

Na quarta parte da obra, estuda-se a República do pós-guerra (Fernando Rosas); o projecto de formação de um bloco central («Nova estratégia para a República», de Ana Catarina Pinto); a ofensiva operária (Joana Dias Pereira); o processo de formação do bloco radical e as suas manifestações («A transformação política da República: o bloco radical», de Ana Catarina Pinto); as cisões dentro do Partido Republicano Português («A transformação política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores» de Luís Farinha); as direitas da direita antiliberal (Ernesto Castro Leal); a questão colonial (Maria Cândida Proença); a inovação e a evolução da situação financeira («Economia e inovação: derivações em cenários de crise» de Maria Fernanda Rollo); terminando-se com a discussão dos factores que ditaram o fim do regime liberal-republicano («A caminho do 28 de Maio» de Luís Farinha).

«Epílogo: o fim da Primeira República» é o título do texto assinado por António Reis, que constitui a quinta e última parte da obra. Interrogando-se sobre os principais factores que conduziram à «crise final e fatal da Nova República que sucedera à fugaz «República Nova» de Sidónio» (p. 574), o autor debruça-se sobremaneira sobre os factores político-culturais internos que lhe parecem mais pertinentes para explicar o desencadeamento da crise final da Primeira República.

Em suma, *História da Primeira República Portuguesa* apresenta-se simultânea e equilibradamente como uma obra enciclopédica e teórica indispensável para o estudo, o conhecimento, a reflexão e o debate acerca deste período tão marcante da História de Portugal.

Clara Isabel Serrano

Bolseira de Doutoramento da FCT/CEIS20

RODRIGUEZ NOZAL, Raúl;
GONZÁLEZ BUENO, António (coords.) – *El medicamento de fabricación industrial en la España contemporánea*. Madrid: CERSA, 2008. 416 p.

Em 2008 foi publicada a obra colectiva coordenada pelos historiadores da farmácia e da ciência, Raúl Rodríguez Nozal e António González Bueno, intitulada *El medicamento de fabricación industrial en la España contemporánea*. Trata-se de um grosso volume, com mais de 400 páginas, resultante de um projecto de investigação intitulado *Repercusión social y profesional de la industrialización farmacéutica en la España del siglo XX*, financiado pelo Ministerio de Educación y Ciencia.

A obra com algumas ilustrações que retratam bem várias das questões da indústria farmacêutica do início do século XX divide-se em diferentes capítulos, a saber: «El modelo de industrialización farmacéutica española: aportes para una tipificación», da autoria de Raúl Rodríguez Nozal e António González Bueno; o segundo capítulo, da autoria dos mesmos autores intitula-se «Proyectos, realidades y utopias. La fabricación industrial del medicamento en España (1840-1940)»; o terceiro capítulo, da responsabilidade de Raúl Rodríguez Nozal tem como título «Testigos de un Nuevo orden terapéutico: el farmacéutico español ante el medicamento industrial»; do mesmo autor é o quarto capítulo, «Génesis del movimiento asociativo industrial en España (1916-1931)»; os dois autores anteriores redigiram «El medicamento extranjero en España (1919-1935)»; Rafaela Domínguez Vilaplana em colaboração com António González Bueno escreveram o capítulo «Bajo el control alemán. La empresa Schering A.G. en España (1885-1940)»; novamente Rodríguez Nozal e González Bueno assinaram o sétimo capítulo, «Instrumentos, utensilios, aparatos y procedimientos en las primeras etapas de la industrialización farmacéutica»; o capítulo oitavo é da autoria de Alberto Gomis e intitula-se «El medicamento biológico: sueros y vacinas en España»; González Bueno e Alicia Villarubia Penedo, são os autores do capítulo seguinte, «La fabricación industrial del medicamento por el Ejército español (1879-1936)»; o décimo capítulo é da responsabilidade de Maria Luísa de Andrés Turrión e intitula-se «La fabricación industrial de medicamentos por el Ejército Español: programas durante la Guerra Civil y primera etapa del franquismo»; o último capítulo tem como autora Eugenia Mazuecos Jiménez e tem